

6.3.1 TABELA I - DA EXPERIENCIA PROFISSIONAL

Atividades profissionais	Valor Unitário (Por ano trabalhado)	Valor Máximo
Exercício de função em serviços de planejamento ou coordenação de políticas e programa e Controle e Avaliação ou Auditoria em saúde em instituições públicas ou privadas	02	04
Exercício de função em Unidade de atendimento ambulatorial em qualquer especialidade médica	03	06
Exercício de função em serviços de cardiologia, oncologia, neurologia/neurocirurgia, traumató-ortopedia, gastroenterologia , neonatologia, obstetrícia, ginecologia, geriatria/gerontologia ou médico generalista.	02	08
Exercício de função em serviços hospitalares de internação ou Pronto Socorro ou serviços de Urgência e Emergência.	02	10
Exercício de função em outros serviços de saúde no âmbito do SUS/MG, não listados acima.	01	02
TOTAL	10	30

6.3.2 TABELA II – DOS CERTIFICADOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDICO

Certificados ou diplomas	Pontos por unidade	Limite de pontos
Certificado de residência médica ou de curso de pós-graduação, em nível de especialização, mínimo de 360 hora/aula * nas áreas médicas: cardiologia, oncologia, neurologia/neurocirurgia, traumató-ortopedia, gastroenterologia , neonatologia, obstetrícia, ginecologia, geriatria/gerontologia ou médico generalista.	02	04
Certificado de curso de pós-graduação, em nível de especialização, mínimo de 360 hora/aula, na área de Saúde Pública.	02	02
Certificado de pós-graduação, em nível de mestrado ou doutorado, na área de saúde pública ou outra área médica.	04	04
TOTAL	8	10

6.4 DA COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS, TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

6.4.1 O candidato deverá comprovar os requisitos constantes nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3 por declaração atualizada emitida pelo Setor de Pessoal competente, contendo a natureza do vínculo com o serviço público e o período de início do exercício, além da data, assinatura e carimbo do responsável pelas informações;

6.4.2 O candidato deverá apresentar cópia autenticada em cartório ou original e cópia para autenticação no ato da entrega nos termos do subitem 6.2.1;

6.4.2.1 do diploma de graduação em medicina expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelos órgãos competentes do sistema público federal ou estadual;

6.4.2.2 da Cédula de Identidade de Médico emitida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais;

6.4.2.3 das declarações de conclusão de cursos de pós-graduação expedidas por instituições de ensino devidamente reconhecidas pelos órgãos competentes do sistema público federal ou estadual;

6.4.3 O candidato deverá comprovar 10 (dez) meses de efetivo exercício no serviço público, conforme pré-requisito constante no subitem 4.4;

6.4.3.1 A prova do tempo de efetivo exercício, conforme subitem 4.4, poderá ser feita na data da designação.

6.4.4 A comprovação do tempo de experiência profissional dar-se-á mediante a apresentação na forma indicada no subitem 6.2.1:

a) das folhas de identificação constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida em nome do candidato, bem como daquelas que registrem a vinculação deste com o (s) empregador (es);

b) da declaração ou atestado de órgãos públicos ou instituições de natureza pública ou privada que certifiquem o tempo efetivo de serviço prestado na instituição, na referida especialidade médica ou área de atuação;

6.4.5 A declaração ou atestado mencionado na alínea anterior deverá conter a data de início e o término (dia, mês e ano), se for o caso, da experiência a ser comprovada;

6.4.6 Não será aceita cópia da autenticação de nenhum documento;

6.4.7 Não serão considerados documentos comprobatórios das informações e demais documentos solicitados que forem enviados em desconformidade com os padrões e formatos definidos neste Edital;

6.4.8 A constatação, em qualquer época, de irregularidade de dados, de apresentação de documentos ou declaração falsa, bem como do propósito de alterar ou fraudar o resultado do processo seletivo, implicará na eliminação do candidato, com a anulação de todos os atos decorrentes da inscrição, inclusive o resultado de provas de que tenha participado, sem prejuízo de possível responsabilização penal;

6.4.9 O candidato deverá estar ciente de que toda documentação apresentada para comprovação dos dados informados não será devolvida sob nenhuma hipótese, passando a compor arquivo de propriedade da SES/MG, que após a publicação do resultado final a que se refere o item 7, dar-lhe-á o destino que melhor aprover observado o conteúdo essencial do processo seletivo.

6.5 SEQUENCIA ETAPA – ENTREVISTA

6.5.1 A entrevista estruturada, no valor de 60 pontos, será realizada por banca examinadora de forma presencial;

6.5.2 Os candidatos serão informados previamente, por e-mail e/ou telefone, do local, horário e da data da entrevista e deverão confirmar, por e-mail ou telefone, a sua presença;

6.5.3 As referências bibliográficas para a entrevista são as constantes no Anexo II deste Edital;

6.5.4 Serão eliminados os candidatos que não alcançarem o mínimo de 30 (trinta) pontos da entrevista;

7 DO RESULTADO FINAL

7.1 Serão utilizados como critérios de desempate:

a) melhor resultado da entrevista;

b) candidato mais idoso.

7.2 O resultado final do processo de seleção interna será publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado – “Minas Gerais” pela Superintendência de Gestão de Pessoas e divulgado nos endereços eletrônicos da SES-MG - www.saude.mg.gov.br e intranet.saude.mg.gov.br.

8 DO RECURSO

8.1 Caberá interposição de recurso contra o resultado final do Processo de Seleção Interna de que trata este edital, devidamente fundamentado, perante o Secretário de Estado de Saúde, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação dos resultados no Órgão Oficial dos Poderes do Estado – “Minas Gerais”;

8.2 O recurso deverá obedecer às seguintes determinações:

a) ser dirigido ao Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais;

b) ser digitado;

c) ser apresentado com capa onde conste o nome e a assinatura do candidato;

d) elaborado com argumentação lógica e consistente com indicação da nota atribuída que está sendo contestada;

e) ser enviado ou entregue em envelope fechado, tamanho ofício, contendo externamente em sua face frontal, os seguintes dados: Edital de Processo de Seleção Interna nº 32/2013 - “Processo de Seleção Interna para MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DE REGULAÇÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE” e o nome do candidato;

8.3 O recurso deverá ser encaminhado por uma das seguintes formas:

a) via SEDEX, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato e endereçado à Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – Superintendência de Gestão de Pessoas - Diretoria de Inovação e Pesquisa em Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Saúde, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, Edifício Minas, 13º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais);

b) protocolado pelo candidato ou por terceiro, no horário de 08:00 às 16:00 horas, entregue na Coordenadoria da Central de Atendimento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, Edifício Minas, 13º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais;

8.4 O recurso interposto fora do prazo estabelecido neste edital não será analisado;

8.5 O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos;

8.6 A decisão relativa ao recurso será publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado – “Minas Gerais” pela Superintendência de Gestão de Pessoas e disponibilizada nos endereços eletrônicos da SES/MG - www.saude.mg.gov.br e intranet.saude.mg.gov.br.

9 DA DESIGNAÇÃO

9.1 O processo seletivo terá validade por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período;

9.2 É vedada a designação para o exercício das funções de autoridade sanitária:

9.2.1 de servidor público proprietário, administrador, quotista, sócio ou dirigente de empresa ou instituição prestadora de serviço ou fornecedora de bens ao SUS;

9.2.2 para as áreas de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica e ambiental, de servidor público empregado de empresa ou instituição prestadora de serviço ou fornecedora de bens ao SUS;

9.2.3 de servidor designado como autoridade sanitária na área de auditoria assistencial exerça a função em empresa ou instituição prestadora de serviço ou fornecedora de bens ao SUS na qual seja empregado.

9.3 O servidor designado para as funções de Autoridade Sanitária/Especialista, não poderá acumulá-la com as funções de Autoridade Sanitária nas áreas de: vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e ambiental e as demais de regulação da assistência à saúde e deverá, no ato da posse: assinar declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no subitem 9.2 deste edital;

9.4 O candidato lotado em outro órgão ou entidade integrante do Sistema Estadual de Gestão da Saúde ou do Sistema Único de Saúde, que não estiver em exercício na SES/MG, e quando não houver compatibilidade de horário na forma do subitem 2.4 deste Edital, deverá apresentar, na data da posse, o ato formal de sua cessão para a SES/MG;

9.5 O candidato designado que não pretender tomar posse poderá requerer a sua reclassificação para o último lugar no quadro de classificação no prazo de 10 dias contados da data de publicação de sua designação;

9.5.1 Havendo mais de um requerente à reclassificação, esta se dará pela ordem de classificação no Processo de Seleção Interna;

9.5.2 O requerimento de reclassificação deverá ser encaminhado por uma das seguintes formas:

a) via SEDEX, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato e endereçado à Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – Superintendência de Gestão de Pessoas – Diretoria de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, Edifício Minas, 13º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais;

b) protocolado pelo candidato ou por terceiro, no horário de 08:00 às 16:00 horas, entregue na Coordenadoria da Central de Atendimento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901, Edifício Minas, 13º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais;

9.6 O requerimento de que trata o subitem anterior poderá ser formalizado uma única vez;

9.7 No caso de dispensa da função de autoridade sanitária Especialista da área de REGULAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE, o servidor poderá ser submetido à Entrevista de Desligamento conduzida pela Superintendência de Gestão de Pessoas, e

9.7.1 A entrevista de desligamento será realizada através de contato telefônico, por videoconferência ou pessoalmente.

9.7.2 O servidor designado deverá comunicar à Superintendência de Gestão de Pessoas imediatamente a extinção do vínculo que garantiu a sua participação no processo seletivo, sob pena de ser submetido às sanções legais.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O servidor designado para as funções de Autoridade Sanitária na área de Regulação de Assistência à Saúde, para o exercício das funções de Especialista deverá tomar posse e iniciar o exercício nos prazos previstos na Lei Estadual nº 869/52 – Estatuto dos Funcionários do Estado de Minas Gerais, sob pena de ter o ato de designação tornado sem efeito e, consequentemente, perder a vaga;

10.2 Este Edital será publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado – “Minas Gerais” e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.saude.mg.gov.br e intranet.saude.mg.gov.br;

10.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 12 de Setembro de 2013.

Antônio Jorge de Souza Marques

Secretário de Estado de Saúde e Gestor do SUS/MG.

ANEXO I

Quadro de vagas

(a que se refere o subitem 1.2 do Edital Nº. 32/2013 SES/MG)

UNIDADE ADMINISTRATIVA	VAGA
Subsecretaria de Regulação em Saúde	03

ANEXO II

(a que se refere o subitem 6.5.3 do Edital SES/MG Nº 32/2013)

BIBLIOGRAFIA

1- LIVRO:

- Pacto de gestão: da municipalização autárquica à regionalização cooperativa

Ficha Catalográfica

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Saúde.

Pacto de gestão: da municipalização autárquica à regionalização cooperativa. Marcus Vinícius Caetano Pestana da

Silva e Eugênio Vilaça Mendes. Belo Horizonte, 2004.

80 p.

1. Pacto de gestão – Descentralização. 2. Municipalização autárquica –

Regionalização cooperativa. I. Título.

NLM 540

Disponível em:

http://www.saude.mg.gov.br/publicacoes/planejamento-gestao-em-saude/

livro\_marcus\_pestana.pdf>

Conteúdo para estudo: Texto integral (páginas 7 a 78)

2- LIVRO:

“As redes de atenção à saúde”. / Eugênio Vilaça Mendes, Edição 2011, Capítulos 1 e 2.

CAPÍTULO 1

As situações das condições de saúde e os sistemas de atenção à saúde. 25

As condições de saúde. 25

As situações das condições de saúde no mundo e no Brasil. 28

A situação das condições de saúde e os sistemas de atenção à saúde. 45

Os sistemas de atenção à saúde: os sistemas fragmentados e as redes de

atenção à saúde. 50

CAPÍTULO 2

As redes de atenção à saúde: revisão bibliográfica, fundamentos, conceito e elementos constitutivos. 61

revisão bibliográfica. 61

Os fundamentos das redes de atenção à saúde. 71

O conceito de redes de atenção à saúde. 78

Os elementos constitutivos das redes de atenção à saúde. 85

Ficha Catalográfica

Mendes, Eugênio Vilaça

As redes de atenção à saúde. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il.

ISBN: 978-85-7967-075-6

1. Gestão em saúde 2. Atenção à saúde 3. Redes de Atenção à Saúde 4. Sistema Único de Saúde I. Organização

Pan-Americana da Saúde. II. Título.

NLM: W 84

Unidade Técnica de Gestão do Conhecimento e Comunicação da OPAS/OMS – Representação do Brasil

A edição eletrônica disponível para download gratuito (acessado em 20/10/2011):

http://new.paho.org/bra/aprsedes/index.php?option=com\_content&view=article&id=408:lancamento-as-redes-de-atencao-a-saude-de-eugenio-

vilaca-mendes-&catid=3:noticias&Itemid=42

3- LIVRO: REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS/Ministério da Saúde

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Especializada.

Regulação médica das urgências Regulação médica das urgências / Ministério da Saúde,

Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília

: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

126 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

ISBN 85-334-1062-X

1. Medicina de emergência. 2. Socorro de urgência. 3. SUS. I. Título. II. Série.

NLM WB 105

Catálogo na fonte – Editora MS – OS 2006/0113

Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regulacao\_medica\_urgencias.pdf

Conteúdos para estudo: Módulo I (páginas 9-10), Parte I (páginas 11 a 26)

Módulo II, Parte III (páginas 47-50 e 55-57), Parte IV (páginas 61-90 e 92-97),

Parte VI (páginas 109-120).

4- SISTEMA ESTADUAL DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL DE MINAS GERAIS: SUSFÁCILMG

Ficha Catalográfica

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde.

Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG.

Belo Horizonte, 2006. 42p.

Regulação Assistencial – Sistema Estadual.2.

Centrais de Regulação.3. Sistema SUS fácil MG

Título.

NLM: WA 540

Catálogo na fonte

Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/cartilha\_sistema\_estadual\_regulacao\_assistencial\_mg.pdf

Conteúdos para estudo: Páginas 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

5- PORTARIA Nº 399/GM DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006-Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm

6- PORTARIA N.258 DE 30 DE JULHO DE 2009.

Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2009/prt0258\_30\_07\_2009.html

RETIFICAÇÃO NOTIFICAÇÃO GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Nº. 060/2013/DVA/SVS
---

A presidente da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, retifica a

Notificação Gerência Colegiada da superintendência de Vigilância Sanitária nº 060/2013/DVA/SVS, no qual se lê: determina a interdição cautelar do produto: pimenta do reino – preta moída, marca: Pirata.

Publique-se e notifique-se.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2013.

Presidente da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária	12 464815 - 1
EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da

CE/1989, ao(s) servidor (es): Masp 0384304-2, Eremita de Fatima Barbosa, referente ao 3º quinquênio adm., a partir de 28/02/2009.

ANULA o ato referente ao (s) servidor (es): Masp 0280866-5, Jose Antonio Gonçalves, referente ao 1º quinquênio adm., publicado em

22/08/1991 com vigência em 01/08/1990 e 2º quinquênio adm., publicado em 22/03/1996 com vigência em 05/08/1995, conforme nota técnica n.º 995/2013, Masp 0916368-4, Valci Buaiti, referente ao 1º quinquênio adm., publicado em 30/04/1992 com vigência em 18/11/1991, conforme conclusão do processo administrativo.

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da

CE/1989, ao(s) servidor (es): Masp 0280866-5, Jose Antonio Gonçalves, referente ao 1º quinquênio adm., a partir de 07/08/1990 e 2º quinquênio adm., a partir de 11/08/1995, Masp 0916368-4, Valci Buaiti, referente ao 1º quinquênio adm., a partir de 17/11/1991.

RETIFICA o ato de concessão de quinquênio adm., publicado em

29/08/2013, referente à servidora: Masp 0383184-9, Eliana Macedo de Oliveira, onde se lê: 7º quinquênio adm., a partir de 31/10/2011, leia-se: 5º quinquênio adm., a partir de 31/10/2011.

RETIFICA o ato de concessão de quinquênio adm., publicado em

26/02/2011, referente à servidora: Masp 0913513-8, Zelia das Graças da Silva Paulo, onde se lê: 4º quinquênio adm., a partir de 26/03/2010, leia-se: 4º quinquênio adm., a partir de 25/03/2010.

12 465007 - 1
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO EM 2ª INSTÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO DE ALIMENTOS GVA/SVS U-008/2008

A Diretora de Vigilância em Alimentos da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com base no item III, do art. 115, da Lei 13.317/99 vale-se do presente edital para notificar a empresa Montelac Alimentos S/A, inscrita no CNPJ

03.529.392/0009-26, da Decisão em 2ª Instância do Processo Administrativo Sanitário GVA/SVS U-008/2008, cujas penalidades impostas foram ADVERTÊNCIA, PENA EDUCATIVA (impressão de 1.000 cartilhas educativas) e MULTA (600 UFEMG) cuja via original se encontra à disposição da notificada na Diretoria de Vigilância em Alimentos, localizada na Cidade Administrativa, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Serra Verde, Prédio Minas, 13º andar, Ala par, CEP: 30.630-901 - Belo Horizonte/MG. Cumpre, ainda, informar que a infratora

terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer recurso, conforme art. 125 da Lei 13.317/1999, contados de sua notificação, a qual se efetivará 5 (cinco) dias após a publicação deste, conforme art. 115, §1º, da Lei 13.317/99, devendo o recurso ser encaminhado a esta Diretoria no endereço supramencionado. A não apresentação de recurso, no prazo legalmente definido, tornará a referida decisão definitiva e o processo

administrativo, concluso (Lei 13.317/1999, art. 123).

Publique-se.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2013.

Maria Flávia Bracarense Brandão Diretora de Vigilância de Alimentos DVA/SVS/SES/MG	12 464817 - 1
--	---------------

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

FÉRIAS PRÊMIO – RETIFICAÇÃO

RETIFICA O(S) ATO(S) de concessão de férias prêmio, referente ao(s) servidor (es): Masp 377623-4, Meire Lucia Alves da Silva, referente ao 1º decênio publicado em 21/05/1993: onde se lê a partir de 02/08/1992, leia-se a partir de 07/08/1992, referente ao 1º quinquênio publicado

em 12/11/2002: onde se lê a partir de 01/08/1997, leia-se a partir de 06/08/1997, referente ao 2º quinquênio publicado em 12/11/2002: onde se lê a partir de 31/07/2002, leia-se a partir de 05/08/2002, referente ao 3º quinquênio publicado em 01/05/2008: onde se lê a partir de 30/07/2007, leia-se a partir de 04/08/2007, referente ao 4º quinquênio publicado em 07/12/2012: onde se lê a partir de 28/07/2012, leia-se a partir de 02/08/2012, conforme Nota Técnica nº 994/2013; Masp 383524-6, Maria da Paixão Jose Ribeiro, referente ao 2º quinquênio publicado em 25/07/1997: onde se lê a partir de 01/03/1997, leia-se a partir de 12/12/1997, referente ao 3º quinquênio publicado em 30/04/2002: onde se lê a partir de 28/02/2002, leia-se a partir de 11/12/2002; Masp 289993-8 (vinc. 2), Luzia Rodrigues Coelho Soares de Oliveira, referente ao 1º decênio publicado em 22/06/1994; onde se lê a partir de 16/05/1988, leia-se 1º quinquênio a partir de 17/12/1991; referente ao 1º quinquênio publicado em 06/09/1995: onde se lê a partir de 06/05/1993, leia-se 2º quinquênio a partir de 15/12/1996; Masp 288376-7 (vinc. 2), Chamel Jose Akl, referente ao 1º quinquênio publicado em 09/09/1994: onde se lê a partir de 3